

Relato de Experiência

Extensão Universitária no curso de Pedagogia: diálogos inspiradores

University extension programs in Pedagogy course: inspirational dialogues

Extensión universitaria en el curso de Pedagogía: diálogos inspiradores

José Márcio Silva Barbosa¹ 

¹Universidade do Estado de Minas Gerais, Departamento de Educação, Divinópolis, MG, Brasil

RESUMO

Este artigo apresenta um relato analítico de diálogos inspiradores para implantação da Extensão no curso de Pedagogia de uma universidade estadual de modo a possibilitar sua expansão e abarcar discussões que a colocam, de fato, a serviço da formação acadêmica dos estudantes da Licenciatura. Ele se inicia caracterizando o contexto da Extensão na sua implantação, que teve dois caminhos condicionantes: análise documental, regulamentada pela própria universidade, Resolução de nº 287, de 04 de março de 2021, e pelos preceitos legais do governo federal. Após a implementação da Resolução da Universidade para operacionalizar a obrigação dos 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão, há uma inevitável e constante discussão entre os membros do Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia para alteração da curricularização da extensão como parte indissociável do ensino e da pesquisa.

Palavras-chave: Extensão universitária; Currículo; Pedagogos

ABSTRACT

This paper presents an analytical report of inspiring dialogues to the implementation of Extension Program in Pedagogy course at a state university to enable its expansion and cover discussions that place it, in fact, at the service of the academic background of undergraduate students. This paper begins by characterizing the context of Extension program in its implementation with two conditioning paths: “document analysis, regulated by the university itself, Resolution No. 287 of March 4, 2021, and by the legal precepts of the federal government”. After implementing the University Resolution to operationalize the requirement of 10% of the workload of undergraduate courses in extension activities, there is an inevitable and constant discussion among the members of the Structuring Teaching Center of the Pedagogy course to change the curricularization of the extension as an inseparable part of teaching and research.

Keywords: University extension program; Curriculum; Pedagogues

RESUMÉN

Este artículo presenta un relato analítico de diálogos inspiradores para la implantación de la extensión en el curso de Pedagogía de una Universidad Estatal de manera que sea posible atingir discusiones que la coloquen, de hecho, al servicio y la formación académica de los estudiantes de Pedagogía. Este trabajo comienza caracterizando el contexto de la extensión en su implantación, que presentó dos caminos condicionantes: análisis documental, regulado por la propia universidad, Resolución de nº 287, de 04 de marzo de 2021 y por las normas legales de gobierno federal. Después de la implantación de la Resolución de la Universidad para poner en marcha la obligación de los 10% de la carga horaria de los cursos de graduación en actividades de extensión, hay una inevitable y constante discusión entre los miembros del Centro Docente Estructurante del curso de Pedagogía para la inclusión curricular de la extensión como parte indivisible del ensino y pesquisa.

Palabras clave: Extensión universitaria; Currículos; Pedagogos

1 INTRODUÇÃO

A retomada de discussões acerca da inserção da extensão nos cursos de graduação na Universidade tem sido palco de debate e desafios, apontando para a necessidade de serem repensados o papel social da instituição de educação e a busca por transformações na sociedade. No horizonte das intencionalidades postas no processo de planejamento desta proposta, está a necessidade da promoção de uma articulação mais próxima entre universidade e sociedade civil, em uma perspectiva colaborativa de construção de conhecimentos sobre ensinar e aprender por meio da extensão universitária.

Neste sentido, ao desafio a ser enfrentado pela Universidade soma-se o de garantir que todos os estudantes no ensino superior se engajem no seu pleno aproveitamento neste processo de ensino em relação à extensão. Buscamos, assim, com as ideias apresentadas neste artigo, apontar algumas reflexões que podem contribuir para o fortalecimento da implementação da extensão em uma Universidade estadual, considerando por nós como essenciais as questões que vêm sendo discutidas coletivamente no Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Pedagogia a ser contemplado para além da reformulação do seu Projeto Pedagógico-Curricular.

Este movimento de reflexão vem se materializando pela flexibilidade curricular da instituição, o qual deve ter como norte a construção uma formação específica, direcionada aos interesses e demandas do acadêmicos, cuja trajetória formativa se constitui de forma mais personalizada e com maior sentido. Com isso, o objetivo deste artigo é apresentar um relato analítico de diálogos inspiradores para implantação da Extensão no curso de Pedagogia de uma universidade estadual de modo a possibilitar sua expansão e abarcar discussões que a colocam, de fato a serviço da formação acadêmica dos estudantes da Licenciatura.

O estudo está ancorado pela metodologia reflexiva e investigadora que emergem no agir e decidir na e sobre a prática do professor pesquisador. A reflexão foi tomada como um processo que congrega a construção do conhecimento e juntamente com a atividade investigadora, elas precisam fazer parte da rotina universitária. A esse entendimento soma-se a visão de Lüdke (2001) ao comentar sobre as sugestões de Schön sobre a expectativa dos formadores de futuros professores. Primeiramente, argumenta-se que o componente da reflexão passou a ser considerado imprescindível para o trabalho e a formação do bom professor, para que pudéssemos investigar melhor as possíveis soluções dos problemas vividos pelos professores e seus alunos.

Evidenciando o que afirma Miranda (2006), o professor reflexivo é, pois, fundamentalmente, o professor investigador, capaz de examinar sua prática, identificar seus problemas e observar o contexto institucional e cultural ao qual pertence bem como participar do desenvolvimento curricular e assumir responsabilidades por seu desenvolvimento profissional e fortalecer as ações em grupo.

Esta reflexão e investigação são oriundas da vivência como docente integrante do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade de Divinópolis, onde vêm sendo apresentadas algumas proposições que podem contribuir para o processo de institucionalização da extensão e para a aplicabilidade prática desse ensino no âmbito do curso de Pedagogia. Pelas janelas da reflexão e investigação, tomou-se como documento legal a Resolução da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) por intermédio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) de nº. 287, de 04 de março de 2021. Tal Resolução dispõe sobre o

desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de Graduação das Instituições de Ensino Superior.

Para analisar essas questões, o artigo está organizado por esta introdução, pelas considerações finais e por três seções assim distribuídas: na primeira seção, iniciamos o movimento que explica a própria existência da Extensão Universitária, procedendo a uma leitura analítica dos documentos legais para reflexão; na segunda seção, é discutido o compromisso da universidade para a promoção da Extensão na vida acadêmica, com vistas a saber até que ponto é apresentado ao tema um tratamento diferenciado de análise; por fim, discutir a extensão universitária e sua implementação em universidade estadual para compreender diferentes leituras que nos permitam colocá-la em funcionalidade.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM BREVE OLHAR SOBRE OS DOCUMENTOS LEGAIS

É importante ressaltar que a base do conceito sobre extensão eleva seu status no cenário educacional brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, principalmente no que foi proposto em seu artigo 207, que passou o entendimento de que a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão deve assegurar que “as universidades gozem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (BRASIL, 1988).

Ao anunciar essa nova etapa na vida universitária, ser-lhe-ão logo solicitadas novas tarefas no sentido de fornecer instrumentos para a efetivação da extensão. Dado o novo estilo de trabalho a ser inaugurado pelas universidades, umas mais, outras menos, essa prática acadêmica tem desenvolvido vários discursos científicos a respeito e são vários os documentos e leis que regulamentam a extensão universitária e dão as orientações gerais para seu funcionamento, valendo reforçar sua importância na criação de instâncias internas de incentivo no meio acadêmico.

Nesse sentido, a ampliação da extensão universitária é retomada historicamente no campo da legislação brasileira com base na abertura proporcionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394, de 1996, importando enfatizar a grande responsabilidade da Educação Superior, que tem como uma das finalidades atuar “em favor da universalização e do aprimoramento da Educação Básica mediante a formação e a capacitação de profissionais, na realização de pesquisas pedagógicas e no desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares” (BRASIL, 1996)

Entre uma das questões importantes a serem discutidas, evidencia-se uma das finalidades da Educação Superior, cabendo destacar o artigo no artigo 43, que, através dos incisos VI e VII, visa, respectivamente, a estimular o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os nacionais e regionais, a prestar serviços especializados à comunidade e a estabelecer com ela uma relação de reciprocidade, cabendo a ela, portanto, “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Em decorrência desse processo que pode se traduzir em contribuições para esta finalidade, ou melhor, que vai se realizar através das atividades de extensão, deve-se ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira (FORPROEX) a elaboração do documento de “Política Nacional de Extensão Universitária” em 2012. Refiro-me aqui à

importância do Fórum, cujo “objetivo foi materializar o compromisso das universidades signatárias em se transformar em um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (FORPROEX, 2012), o que explica a valorização da extensão como elemento integrante da vida universitária, sustentando estes três pilares como uma nova consciência social e necessário compromisso político por parte da universidade e da sociedade civil.

Convencido da especificidade dessa situação, daremos destaque especial ao processo de confirmação da extensão como função acadêmica que descortina um universo de possibilidades, pelo qual responde, fundamentalmente, o ensino superior. O primeiro deles é o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005, de 2014, que merece destaque na atualidade em termos de legislação educacional orientadora da definição de políticas educacionais por todo o país, em razão do destaque, entre as vinte metas propostas no Plano, da defesa da iniciativa de extensão na Educação Superior. Entre as 20 metas, destaca-se a meta 12, que, em linhas gerais, trata da elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior e da oferta e expansão de matrículas para o segmento público.

Entre suas estratégias, o PNE define a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, através de programas e projetos de Extensão em áreas, prioritariamente, de pertinência social, por intermédio da estratégia 12.7. Com isso, desde que foi promulgado, este plano foi considerado uma referência para assuntos relacionados à educação no País e, quando procedemos a uma primeira leitura da Meta 12, vimos como possibilidade de um amplo debate possível na vida universitária. Este plano é visto hoje como um importante documento orientador para repensarmos os desafios da curricularização da Extensão no sentido de as instituições de ensino superior brasileiras repensarem suas concepções e práticas extensionistas.

Parece ser evidente numa primeira leitura da estratégia 12.7 do Plano a possibilidade de constituir uma mobilização e uma inspiração para todos os envolvidos com o ensino superior que levassem a uma efetiva determinação de nosso agir para além da formação profissional. No entanto, apesar das orientações do PNE, permanece a constituição de um processo de continuidade dos desafios (e obstáculos) à implementação da estratégia 12.7, tendo em vista a vigência do Plano até 2024.

Em um segundo momento, voltamos nossa atenção para as iniciativas consideradas um novo marco legal acerca da extensão universitária no Brasil, previsto na Resolução de nº. 7 de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC). O dispositivo legal reafirma as necessidades exigidas às instituições de ensino superior no sentido de delinear um instrumento de política de promoção humana em favor da sociedade brasileira, em decorrência do qual se pretende lidar com uma política extensionista no âmbito da qual possam ser elaborados e desenvolvidos planos, programas e projetos de extensão. Isso porque as Instituições de Ensino Superior terão que se adequar às novas regras iniciadas em 2018, que serão extintas em 14 de dezembro de 2021, ou seja, um prazo de três anos para implantação de suas diretrizes, colocando a extensão nas propostas de reconstrução curricular e a serviço das outras duas dimensões do ensino superior – ensino e pesquisa.

Tendo em vista que a extensão universitária é uma realidade, e sua implementação vem se consolidando em nosso país, precisamos discutir alguns pontos conceituais que permitem aprofundar o debate e, numa situação específica, será preciso estabelecer também como proceder para atingi-los.

3 DO COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE PARA A PROMOÇÃO DA EXTENSÃO NA VIDA ACADÊMICA

Apesar do reforço legal existente nos documentos supracitados, é preciso que tenhamos uma definição clara e explícita de como ocorrerá a articulação entre universidade e sociedade civil, pela implementação da extensão no interior das instituições de ensino superior.

Um ponto importante na indicação da Resolução de n. 07, de 2018, que orienta um padrão de condutas das instituições, é a expectativa de que a experiência no mundo acadêmico possa ser compartilhada com a sociedade e vice-versa. Nele, é possível perceber o reforço e o embasamento teórico para criação do marco regulatório, situando-se em três sustentáculos em termos de informações, quais sejam: indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, formação do estudante e transformação social (BRASIL, 2018, p. 9-11).

A Resolução de nº. 7, de 18 de dezembro de 2018, define:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 2-3).

Ao ter início na vida universitária, a extensão passa a atuar como guia para reorganizar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Naturalmente, à medida do avanço e do aprofundamento do estudo e suas práticas, cada instituição pública ou privada poderá definir a parte diversificada do currículo e o que deve ocorrer de forma integrada oferecida pelos estabelecimentos de ensino superior. Cabe destacar também que tais diretrizes deverão se voltar diretamente para a relação entre a universidade e diversos setores da sociedade.

É nesse sentido que a Resolução, em seu artigo 4, também delimita que, ao menos 10% do total da carga horária curricular dos cursos seja voltada para atividades de extensão, tornando tal função parte essencial das matrizes curriculares obrigatórias nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

É a partir da construção da relação de sentido buscada pelos professores em formação que são criadas as experiências inovadoras, uma vez que, ao mobilizar conhecimentos para atender à demanda da escola, ocorre uma relação de caráter investigativo, propulsora de transformações tanto nas práticas quanto no espaço escolar como um todo. Assim, concebe-se que o desenvolvimento da extensão como elemento curricular na formação de professores contribui não só para a inovação na perspectiva metodológica, mas também para um desenvolvimento curricular inovador. (SILVA; ROSA, 2011, p. 375).

Observe-se que, assim procedendo, a extensão assume o papel de conectora entre o ensino e a pesquisa e, ao ser concebida como elemento curricular com ampliação do acesso ao ensino superior, estamos tão somente pensando que ela servirá:

Não como mensageira da academia para a sociedade, mas como uma ação

mobilizadora dos mecanismos de construção dos saberes da docência, os quais se estruturam a partir da relação de sentido estabelecida no espaço social em que a ação pedagógica se desenvolverá e o que muda é a perspectiva que lhe é atribuída pela hierarquização construída pela dinâmica do campo acadêmico (SILVA; ROSA, 2011, p. 375).

Conforme vimos, a Resolução sugere que todas as IES devem obedecer ao referido tripé ensino-pesquisa-extensão, que se estrutura de forma independente, contudo interligado, desenvolvendo os vários discursos científicos e se expressando na busca pelo reconhecimento da excelência dos cursos oferecidos à comunidade.

Em vista disso, “a função social da universidade passa ser a produção de conhecimento em diálogo com a comunidade, transformando a sociedade e a própria universidade” (PEREIRA e VITORINI, 2019, p. 22-23). E, no momento oportuno, “a extensão como mediação sistemática de retorno dos benefícios do conhecimento à sociedade exige da comunidade universitária imaginação e competência com vistas à elaboração de projetos como canais efetivos para este retorno’ (SEVERINO, 2016, p. 36), tornando-se uma exigência acadêmica para a formação integral do estudante como cidadão crítico e responsável.

A esta altura das considerações sobre os instrumentos de trabalho de que os estudantes universitários devem se munir das ações extensionistas no âmbito acadêmico, é preciso dar ênfase no sentido de a extensão extrapolar, assim, as práticas de transmissão de conhecimentos entre uma instituição e a comunidade, conforme salienta Augusto (2020). Para este autor,

A extensão toma como finalidade a participação em conjunto entre Universidade e sociedade em atividades que busquem para além do desenvolvimento, mas também por ações transformadoras. Se faz importante ressaltar que tal forma de pensar a extensão não nega as práticas assistencialistas, ou de intervenção, ou até mesmo dos campi avançados, e sim busca que tais práticas não se tornem apenas como ‘salvação instantânea’ da comunidade (AUGUSTO, 2020, p. 8, grifo do autor)

Em qualquer fase de seu estudo, o estudante poderá se servir desse poderoso conjunto de informações, potencializando seu aproveitamento desde que estabeleça um adequado compromisso com a sociedade e provoque uma profunda revolução no aproveitamento acadêmico ao tomar para si o próprio desenvolvimento da extensão para a sua formação.

E ao expandir sua implantação e promoção para a formação dos estudantes, a extensão, segundo Jezine (2004, p. 3), deverá servir como parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo não só os professores, mas também todos os estudantes de forma dialógica, o que, na perspectiva da autora, permite promover alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite uma formação crítica. Ainda acrescentamos nesse debate a realização de atividades que favoreçam a iniciativa, a autonomia e o protagonismo social do estudante.

É por isso que se fazem necessárias certas precauções que garantam maior grau de objetividade na interpretação dessa comunicação. Para levantar tal ideia, basta considerarmos a interprofissionalidade de articulação entre diferentes áreas do conhecimento relacionadas com problemas reais da sociedade.

Pelo exposto, Pereira e Vitorini (2019, p. 22-23) afirmam que o “curso de graduação passa a ser um espaço que vai além da transmissão de técnicas e de conhecimentos teóricos, estimulando a práxis transformadora junto à comunidade” Esta interpretação consiste em situar a flexibilidade curricular na universidade, tornando-a mais coerente dentro da perspectiva extensionista, de modo a gerar transformações tanto no âmbito da constituição da profissionalidade docente de acadêmicos da Pedagogia quanto no âmbito de professores da Instituição de Ensino Superior.

Assim, é possível reconhecer a importância da extensão universitária quando se avalia o impacto que advém do encontro propiciado entre o acadêmico de Pedagogia e o professor da Educação Básica e destes sujeitos aprendentes com as crianças. Neste aspecto, a universidade, nessa parceria, não se limita a transmitir conhecimentos acabados, mas se coloca em diálogo com a complexidade do cotidiano escolar, tornando a prática pedagógica da matemática uma prática social, um ‘saber de relação’, como nos lembram Fiorentini e Oliveira (2013).

Além disso, esta formação se torna mais significativa quando se possibilita aos professores das redes municipais participar da extensão, propiciando reflexões que articulam teoria e prática, uma vez que promovem um encontro entre sujeitos em processo constante aprender-ensinar, segundo Peroza e Camargo (2019). Esta postura dialógica requer atualização e participação do professor e dos universitários em constante transformação com a realidade da comunidade local.

Tais desafios, entre outros, já estão colocados para os futuros professores e professoras, pedagogos e pedagogas, em seus cursos de licenciatura, no momento de seus estágios curriculares supervisionados, ao se defrontarem com a imensa responsabilidade que envolve as tarefas de educar, ensinar, relacionar-se, coordenar ações, gerir questões administrativas, formar-se continuamente, pesquisar o próprio trabalho e aproximar-se das culturas que adentram as redes públicas de ensino (PAULA, 2019, p.685).

Daí nasce a necessidade de um constante engajamento de todos os participantes para discussões no âmbito da academia na perspectiva de projetar o fortalecimento da extensão universitária, com a ampliação da oferta de projetos e ações extensionistas, e de revitalizar, nessa direção, a tríade ensino-pesquisa-extensão, compreendida como arranjo institucional que permite vivenciar situações variadas do percurso formativo do estudante.

4 RELATANDO AS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DISCENTE

Para entender melhor essas orientações, precisamos estabelecer relações com o contexto do qual fazemos parte, com o intuito de contribuir significativamente para levar aos nossos estudantes e professores primeiramente uma nova consciência social, o que pressupõe a discussão de questões básicas relacionadas à extensão universitária.

O contexto que ora apresentamos nos leva a buscar esclarecimentos em relação a que sentido a expressão extensão está sendo discutida pelo NDE do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Acadêmica de Divinópolis, na reformulação do currículo. Isso porque o currículo deve ser composto por diversas ações na ocasião da integralização da Extensão.

No estabelecimento das formas de sua consolidação, tomou-se por base a Resolução da UEMG/COEPE de nº 287, de 04 de março de 2021, ao dispor sobre as orientações e o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos

curso de Graduação da Universidade. Além disso, tem-se como potencial mobilizar os docentes e os estudantes envolvidos na busca de melhorias nos espaços onde se localizam.

O artigo 2º estabelece que a inserção das atividades de extensão como componente curricular nos cursos de Graduação visa a: “I – interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões contemporâneas presentes no contexto social”. E no inciso II há uma discussão sobre a inserção das atividades extensão (...) para a “formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência e interação dos conhecimentos construídos na Universidade de modo integrado” (...).

Pela complexidade dos processos sociais neles ocorrentes e que lhes serão solicitados para intervenção didático-pedagógica, percebo que a universidade deve equipar o estudante com formação científica, pondo, à sua disposição, instrumentos de aprendizagem tratando da teoria e da prática em suas diferentes manifestações. E por qual razão trago essa afirmação? Porque, para nós professores, a implementação da extensão no curso de Pedagogia tem sido resultado de muitos estudos, reflexões e debates realizados na Unidade Acadêmica, resultando a proposta por nós elaborada, na constituição da formação de um pedagogo atuante para o desenvolvimento de práticas de extensão da localidade onde atuará.

Assim, é papel da UEMG de Divinópolis envolver-se e influenciar nas questões mais imediatas e urgentes da sociedade e do seu entorno, entendendo que as atividades de extensão possam ser compreendidas não apenas como a capacidade de desenvolvimento de ações para o benefício da sociedade local, mas também como formas de tornar a Universidade parte integrante dessa sociedade, destacando o seu papel como espaço de articulação, diagnóstico e congregação das diversas demandas para melhoria de vida da comunidade.

Atrelada à necessidade de realizar alguns ajustes, a reformulação do currículo do curso de Pedagogia que ora apresentamos foi organizada para impulsionar a participação ativa dos (as) graduandos (as). A definição do perfil do(a) pedagogo(a) norteia nossos objetivos. Por isso, torna-se necessário explicitar que a extensão universitária junto ao ensino e à pesquisa é importante na formação discente dos futuros profissionais.

Para exercer essas funções, vale mencionar que esperamos que a reformulação curricular propicie um percurso investigativo da constituição de conhecimentos específicos de cada área de conhecimento, trazendo-os ao processo de aprendizagem dos nossos estudantes.

Embora a Resolução de nº. 287 no artigo 3º se refira ao desenvolvimento das atividades de extensão como componente curricular nos cursos de graduação como está alicerçado no inciso I, que prevê a contribuição para a formação integral do estudante como cidadão crítico e responsável, vimos que o atendimento dessa questão se situa prioritariamente na criação da disciplina específica do curso de Pedagogia como prática extensionista. Esta afirmação está relacionada diretamente ao trabalho desse profissional na instituição escolar. Complementando estas reflexões, Silva e Rosa (2011, p. 376) acrescentam:

Para a consecução dessa reflexividade, as práticas cotidianas desenvolvidas nas esferas da produção, transmissão e difusão do conhecimento necessitam de conexão e interação, possibilitadas pela extensão universitária, que reconfiguram os espaços acadêmicos. Entre esses espaços, a sala de aula

se constituirá num ambiente em que os conteúdos vão contribuir para que a realidade seja questionada, problematizada.

Com isso, observamos o que estabelece a Resolução de nº 287, ao tratar do artigo 3º, que nos leva à compreensão de que:

O desenvolvimento das atividades de extensão como componente curricular nos cursos de graduação está alicerçado (...) inciso V: “no incentivo à atuação da comunidade acadêmica e na contribuição ao enfrentamento das questões regionais, estaduais e da sociedade brasileira” bem como no inciso VII: “na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável, segundo especificidades da realidade regional, estadual e nacional”.

Desse modo, valoriza projetos, programas e ações em extensão em que estaria o reconhecimento de que a universidade e em particular os professores não se limitam apenas a executar currículos, mas também a elaborá-los na construção de uma sólida base teórica. Com isso, a inovação no discurso sugere que estas novas perspectivas em extensão devem estar presentes nos estudos teórico-investigativos na proposição de saberes, uma vez que devem estar presentes na formação inicial de professores, para reflexão crítica e desenvolvimento da criatividade no processo pedagógico.

Ainda sobre a Resolução, no artigo 3º, prevalece a ideia de que os cursos de graduação estão alicerçados em seu inciso III:

Na promoção de iniciativas que expressem o compromisso social da UEMG com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, ações afirmativas, educação étnico-racial, direitos humanos, educação indígena e educação do campo.

Em outras palavras, é a extensão sendo considerada em sua dimensão pedagógica, constituindo-se em uma metodologia de aprendizagem integral e humanizadora, visando à apropriação de aspectos formadores e investindo todo o seu potencial para a transformação social conectada às demandas da sociedade, com situações muitas vezes adversas, “é a possibilidade de produzir conhecimentos, interligando criticamente o saber acadêmico ao saber popular”. (PEREIRA; VITORINI, 2019, p. 22-23).

Ainda sobre a Resolução de nº 287, de 04 de março de 2021, é perceptível no inciso IV do mesmo artigo a “articulação entre ensino/pesquisa/extensão, ancorada em processos pedagógicos integrados, político-educacionais, culturais, científicos e tecnológicos”, o que, a meu ver, é louvável no sentido de pretender incentivar, valorizar e elevar a qualidade da formação dos estudantes que participam da extensão universitária.

Será assim que podemos identificar na reformulação curricular do curso de Pedagogia como componente essencial de profissionalização a integração dos(as) estudantes de Pedagogia ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de Educação Básica. Em outras palavras, a formação desses(as) graduandos(as) imersos no campo das atividades extensionistas expressa uma concepção de professor em diálogo com a teoria e a prática com a devida orientação e acompanhamento por parte das unidades de Ensino Superior. Significa dotar os estudantes dos serviços a serem oferecidos à sociedade e compartilhar os seus próprios saberes com aqueles envolvidos na Extensão.

À primeira vista, é possível constatar que tal articulação proposta estabelece a necessidade da participação ativa dos(as) estudantes, conforme bem salienta a Resolução de 287, que, para o cumprimento da carga horária prevista em cada curso para as atividades de extensão, sob a orientação docente, poderá ser considerada a participação dos(as) estudantes em atividades que sejam desenvolvidas em conjunto com o docente ou como trabalho autônomo, desde que tenha o acompanhamento do docente orientador.

Em razão da natureza do trabalho extensionista do discente e do processo contínuo de construção de suas identidades como professores, vários são os contextos realizados na sala de aula, uma vez que aí se estabelecem práticas pedagógicas inovadoras na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, na Gestão da Educação e nos espaços educativos não escolares. Para ampliar o debate, Silva e Rosa (2011, p. 378) sugerem que:

As atividades são desenvolvidas a partir de uma investigação que versa sobre diagnóstico sobre os conhecimentos prévios, hipóteses sobre a língua escrita, condições socioeconômicas, história de vida e demais informações que permitam o conhecimento de cada criança em seu processo de apropriação da língua, como forma de embasar a tomada de decisão sobre os procedimentos didáticos a serem desenvolvidos.

Tal constatação converge com o entendimento acerca do campo de atuação do(a) Licenciado(a) em Pedagogia que deve ser composto pela articulação de diversas funções pedagógicas realizadas em sala de aula, orientadas para a educação sistematizada da criança, do adolescente, do jovem, do adulto, na intenção de trabalhar questões básicas de alicerce, de modo a favorecer as ações de extensão de forma qualitativa.

Saviani (1992) nos indica a necessidade de identificação dos principais problemas existentes na prática social, ou seja, uma problematização que pode nos ajudar a definir qual o conhecimento necessário para que tais questões possam ser enfrentadas. Assim, é possível tomar como ponto de partida o processo de formação dos professores por meio das próprias dificuldades encontradas na prática cotidiana e, a partir desses problemas, buscar uma reflexão sobre essa prática na perspectiva do autor.

Para isso, é necessário buscar os fundamentos conceituais do problema em questão acerca do conhecimento e da reflexão necessária sobre a prática com vistas a garantir a aprendizagem. Algumas questões incitam reflexões, por exemplo: “o que os alunos dominam; quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento do seu trabalho; que concepção de ensino e de aprendizagem fundamenta a prática docente” (SAVIANI, 1992); e, enfim, a busca de espaços de discussão coletiva acerca da prática pedagógica tem papel importante nesse processo.

Ressalta-se que esse é o momento para a discussão coletiva das dificuldades e possibilidades de trabalho educativo e que o pedagogo pode contribuir para a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento. Lembrando que, segundo Saviani (1992), é a partir da problematização inicial que o pedagogo poderia, juntamente com o professor, identificar o que é necessário estudar para ampliar as possibilidades de uma atuação eficaz no processo de ensino, com vistas a garantir a aprendizagem.

Os participantes do NDE concordam, por unanimidade, que há possibilidade de contribuir com o fortalecimento de práticas educativas visando a superar as exclusões sociais, étnico-raciais, orientações sexuais, classes sociais, necessidades especiais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, tecnológicas e ambientais-ecológicas em que

se inserem os espaços educativos escolares e não escolares que atendam às necessidades sociais, o que tem sido uma das grandes preocupações das instituições de formação docente nos cursos de Licenciatura.

A essa questão soma-se a compreensão de a formação dos(as) estudantes de Pedagogia possibilitar a proposição de projetos de intervenção, considerando os desafios e as dificuldades que a rotina nas escolas revela. São o conhecimento teórico e o conhecimento prático uma constante postura investigativa em atenção à realidade escolar. Esse discurso deve ser compreendido pelo alinhamento que propõe a Resolução de nº. 287, de 2021, no artigo 5º, ao afirmar que para o cumprimento da carga horária prevista em cada curso para as atividades de extensão, sob orientação docente, poderá ser considerada a participação do estudante em atividades: (...) VIII - “desenvolvidas por entes públicos e privados, sob a supervisão docente ou com a participação ativa e autônoma do estudante”, de modo a propiciar vivências e experiências nas diferentes áreas do campo educacional.

A formação, nesse sentido, constitui um processo de mudanças que envolvem, além da Extensão, outros aspectos da vida profissional dos estudantes que lhes possibilitam desvendar o social, o cultural, o político, enfim, é a busca por transformação na ação. Essa perspectiva é colocada como necessária aos professores de ensino superior e no desenvolvimento de atividades de ensino para compreender diferentes leituras que lhes permitam o exercício de Extensão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para este estudo, definimos como escopo uma discussão sobre a inserção da extensão, que se traduza no compromisso com a formação do Pedagogo no sentido de dialogar criticamente com a realidade escolar, observando e apresentando propostas aos problemas investigados à luz de documentos legais acerca da Extensão. Foi, portanto, nessa atmosfera que o projeto pedagógico do Curso de Pedagogia da UEMG da Unidade Acadêmica de Divinópolis começou a ser concebido. Subsidiar, pois, esse relato analítico é apenas um espaço de diálogo e de preparação científica no âmbito da Extensão na referida Unidade Acadêmica.

Diante dos documentos estudados, este estudo levou em consideração a pluralidade de ações imbricadas nas práticas dos professores e estudantes do curso de Pedagogia. Durante a discussão, enfatizou-se a identificação de várias atividades elencadas na dinâmica das disciplinas, incluindo políticas, projetos e programas de extensão, brinquedoteca, cursos e eventos científicos, difusão cultural, atividades esportivas, prestação de serviços, formação continuada no âmbito da Universidade, entre outros, definidos pelos membros do NDE do curso de Pedagogia. Evidentemente, estas não são as únicas formas de mediação. Existem outras formas de ações extensionistas a serem realizadas coletivamente em trabalhos colaborativos.

As certezas relatadas sinalizam para o fato de que, ao buscar definir maneiras de atuar e mobilizar novas posturas em relação à Extensão é compreendê-la não apenas como a capacidade de desenvolvimento de ações para o benefício da sociedade local, mas tornar-se parte integrante dessa sociedade, uma vez que, através dela, poderemos gerar um conhecimento a ser necessariamente entendido como construção de objetos de que se pretende apropriar humanamente. Depreende-se então, deste trabalho que o PPC de Pedagogia deve redimensionar, a meu horizonte, o compromisso na sua relação com o ensino, a pesquisa e a extensão no sentido de viabilizar uma educação transformadora, principalmente ao considerar a superação de problemas sociais e educacionais, destacando a busca por melhorias de vida de todos os segmentos sociais envolvidos nas ações de Extensão.

Longe de nós, portanto, supor que todas as questões já agora possíveis venham a ser desde logo oferecidas pela universidade, havendo ainda um longo caminho pela frente, esperamos que o presente texto venha se revestir de maior persistência no tempo ao resgatarmos a importância da Extensão para o preparo profissional dos nossos estudantes de Pedagogia, tornando-os capazes de atender às demandas sociais e intervir sobre ela com autonomia, engajamento e compromisso ético.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, R. G. A extensão universitária: da compreensão da gênese do conceito característica e propostas para alcançar a integração entre universidade-comunidade. **Revista de Ciências Humanas**, vol. 20, n. 1, jan./jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 134(248), 1996.

BRASIL. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 06 de julho de 2021.

FIORENTINI, D.; OLIVEIRA, A. T. C. C. de. O lugar das matemáticas na licenciatura em matemática: que matemáticas e que práticas formativas? **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 27, n. 47, p. 917-938, dez. 2013.

FORPROEX. **Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus. 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. p. 1-5, 2004.

LÜDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº. 74, abril/2001.

MIRANDA, M. G. de. O professor pesquisador e sua pretensão de resolver a relação entre teoria e prática na formação de professores. In: André, Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 5ª ed. Campinas: Papirus, 2006, p. 129 – 143.

PAULA, L. C. de. A importância dos princípios da pedagogia freireana para orientação dos estágios curriculares supervisionados no curso de Pedagogia, **Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n. 3, p. 684-699, set./dez., 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v44i3.56914>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

PEREIRA, N. F. F. VITORINI, R. A. da S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces** - Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.19-29, jan./jun. 2019.

PEROZA, M. A. R.; CAMARGO, D. A experiência de encontro entre sujeitos aprendentes: aspecto da formação docente vivenciado no estágio supervisionado em docência na educação infantil. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 1, 2019.

SANTOS, S. C. D. O processo de ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno: aplicação dos “sete princípios para a boa prática na educação de Ensino Superior”. **REGE Revista de Gestão**, 8(1), 2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1992.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Editora Cortez, 2016.

SILVA, R. F. da S.; ROSA, M. M. de C. S. Extensão universitária no currículo das licenciaturas: inovação e relação de sentido. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 14(2): 371-380, 2011. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Resolução de nº 287 de 04 de março de 2021**. Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/5822-resolucao-uemg-coepe-n-287-de-04-de-marco-de-2021-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-de-atividades-de-extensao-como-componente-curricular-obrigatorio-dos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em 10 de junho de 2021.

Contribuições dos autores

1 – José Márcio Silva Barbosa:

Professor no dept. De Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0003-4582-5009> • jmarciosb@yahoo.com.br
Contribuição: Redação do manuscrito